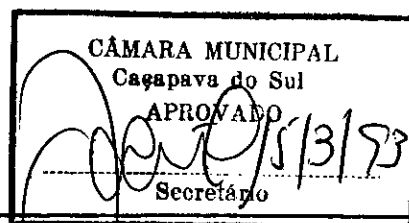




ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal

Caçapava do Sul



PROJETO DE LEI Nº 358/93

Autoriza o Poder Executivo a fir  
mar convênio para a prestação de  
mútua colaboração com o T.R.E.

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fir  
mar convênio para a prestação de mútua colaboração com o Tribunal  
Regional Eleitoral - TRE/RS.

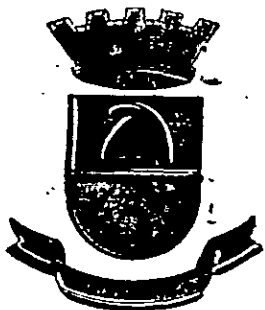
Art.2º - Objetiva o presente convênio a presta  
ção de auxílio ao Cartório Eleitoral local, pela Prefeitura Muni  
cipal de conformidade com as normas do TRE/RS.

Art.3º - As despesas decorrentes da presente Lei,  
correrão por conta de rubrica orçamentária própria.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação, cessando seus efeitos em 31.12.93 ( trinta e um de de  
zembro de mil novecentos e noventa e três).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL,  
março de 1993.

Roberto Antonio Machado,  
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal

Caçapava do Sul

### J U S T I F I C A T I V A

Anexa ao projeto de Lei nº 358/93.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Fato por demais notório tem sido os auxílios que os Municípios são compelidos a arcar com a Justiça Eleitoral, principalmente em anos de eleição, sendo os principais deles cedência de servidores, de viaturas e combustíveis, destinados ao atendimento dos serviços eleitorais.

Com o objetivo primordial de legalizar este auxílio, o Tribunal Regional Eleitoral envia-nos modelo de convênio. (em anexo). Projeto semelhante a este deu origem a Lei nº 295 de 1992 que teve seus efeitos cessados em 31.12 p.p.

À consideração dos Senhores vereadores.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO  
SUL, março de 1993.

Roberto Antonio Machado,  
Prefeito Municipal.



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

9. ZONA ELEITORAL

CONVÊNIO PARA A PRESTAÇÃO DE MÚTUA COLABORAÇÃO ENTRE A JUSTIÇA ELEITORAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL - RS.

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE MÚTUA COLABORAÇÃO que fazem, entre si, com base nos atos constantes do processo nº , de um lado, o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado nesta capital, na rua Duque de Caxias, 350, CJC/MT nº 00509-18/0019-42, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo seu Vice Presidente Desembargador José Vellinho de Lacerda, brasileiro casado, magistrado, com endereço profissional à rua Duque de Caxias, 350, Tribunal Regional Eleitoral, na cidade de Porto Alegre-RS, no fim assinado e devidamente autorizado pelo atos constantes do referido processo nº , e de outro lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL, representada por seu Prefeito, Sr. ROBERTO ANTÔNIO MACHADO, brasileiro, casado, leiloeiro, portador da Carteira de Identidade de nº 2013943358 residente à rua Vilhena Cintra, 18, na cidade de Caçapava do Sul-RS, doravante denominada CONVENIADA. Ficam os CONVENIENTES sujeitos às normas previstas no Decreto-Lei nº 2.300/66, no que couberem, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nº 2347/77 e 2360/77 e, ainda, às cláusulas firmadas neste instrumento.

O presente Convênio de Prestação de Mútua Colaboração é firmado sob as seguintes cláusulas e condições que as partes de si, ratificam, e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a prestação pela COMISSÃO de Juízes dos 7 Juízes Eleitorais do Interior do Estado, aos Juízes da cidade:



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

9. ZONA ELEITORAL

a)- A Prefeitura Municipal de Cachapava do Sul, autônoma pela Lei nº 497/91, de 13 de maio de 1992, comprometer-se a criar funcionários de seu quadro próprio ao Juízo Eleitoral, em número suficiente para o atendimento dos serviços. Esta obrigação decorrerá do fato de comum acordo entre o Juiz Eleitoral e a Prefeitura Municipal em seu representante legal.

b)- A Prefeitura Municipal oferecerá a possibilidade através de locação, cessão ou compra, isoladamente ou em consórcio de municípios, de colocar à disposição do Cartório da Zona Eleitoral para atendimento dos serviços cartorários, equipamentos de informática (Microcomputador PC-XT-Memória RAM 640K, no mínimo um Drive de 360K, 5 1/4 (cinco e um quarto polegadas) com Winchester de 30 MB no mínimo - saída serial e paralela - teclado com 101 teclas - 1 Impressora compatível - assim especificado para uniformizar os trabalhos das Zonas do Interior do Estado.

c)- Em anos de eleições serão colocados pela Prefeitura Municipal, à disposição do Juiz Eleitoral, viaturas e combustível destinados ao atendimento dos serviços eleitorais, em número a ser acertado entre o Prefeito e o Juiz Eleitoral, com antecedência mínima de 30 dias da data das eleições.

d)- Durante a eleição a manutenção dos veículos pertencentes à Prefeitura Municipal, a manutenção dos equipamentos de informática e a manutenção dos serviços de impressão serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal, desde que os veículos sejam mantidos em condições de uso, com antecedência mínima de 30 dias da data das eleições.

e)- O Juiz Eleitoral poderá requerer da Prefeitura Municipal a concessão de acesso à rede de dados, para a realização dos serviços eleitorais, desde que a Prefeitura Municipal seja responsável pela manutenção da rede de dados.



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

9.ª ZONA ELEITORAL

CLÁUSULA SEGUNDA - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS:

A instalação e manutenção dos equipamentos correrão por conta do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESPESA:

O presente convênio será executado sem ônus para a Justiça Eleitoral, exceto quanto a instalação e manutenção dos equipamentos, pr. vistos na cláusula segunda deste instrumento.

Parágrafo primeiro- As despesas do TRE/RS, com o estipulado na cláusula terceira, correrão à conta do elemento 3490.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoas Jurídica.

Parágrafo segundo- O orçamento do município conterá dotação para atender as despesas de responsabilidade da Prefeitura decorrentes da execução deste, Convênio.

Parágrafo terceiro- para o presente exercício, se necessário será aberto crédito suplementar.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO:

O prazo de validade deste Convênio vigorará a partir de sua aprovação pela Câmara dos Vereadores, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período sucessivamente, havendo acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO:

O extrato do presente Convênio será publicado no Diário Oficial do Município e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Diário Oficial da União. Nesta última publicação, o documento será de circulação do TRE/RS.



CIRCUNSCRIÇÃO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

1ª ZONA

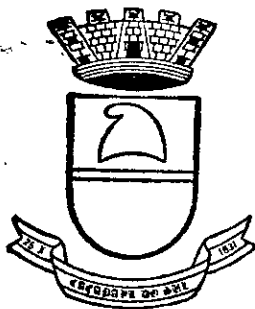
Assinadas: Des. José Vellinho de Lacerda, representado pela Dra. Gláucia Dreher Norandini, Juíza Eleitoral-9ª Zona.

Assinado: Prefeito Municipal

TESTEUNHAS:

Itamar Seixas - Rua Barão de Caçapava, 1093.

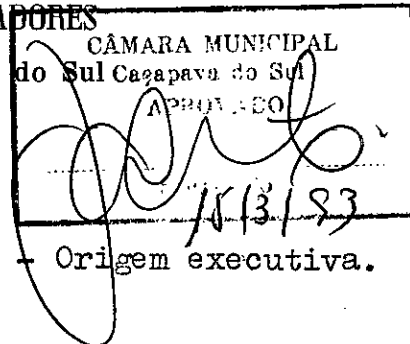
Alex Gonçalves Marques - Aristides de Macedo Neto, 78



# PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Caçapava do Sul — Rio Grande



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 358/93 — Origem executiva.

" Autoriza ao Poder Executivo a  
firmar convênio para a presta  
ção de mútua colaboração com  
o T. R. E. "

A Comissão Especial, reunida para análise  
do Projeto de Lei nº 358/93 de Origem do Poder Execu  
tivo entende que o mesmo é legal, não ferindo dispo  
sitivos constitucionais.

Sob o ponto de vista de sua legalidade e  
formalidade, recebeu também parecer favorável da As  
sessoria Jurídica, eis que não possui vícios de quais  
quer natureza, existindo rubrica orçamentária própria.

Pelo exposto, somos de parecer favorável a  
sua tramitação em plenário.

Nestes termos, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões General João Manoel de Lima  
e Silva, 15 de Março de 1.993.

Ver. Carlos Carvalho  
Lider Bancada PDS

Lider Bancada PMDB  
Lucio Moreira

Ver. Delfino L. S. Neto  
Lider Bancada do PL

Ver. João Batista Henriques  
Lider Bancada do PDT